Continua da página anterior

silo automóvel com 70 lugares sob a Praça dos Combatentes?

AF – Há anos tinha-se falado na construção de um silo automóvel sob o parque de estacionamento da Câmara que tem socalcos que facilitavam as entradas para o mesmo, quer pela parte virada a sul, quer pela rua Antónino Ribeiro Garcia de Vasconcelos. Esse era o sítio previsto e era, na minha opinião, o sítio indicado porque até já lá existe um parque de estacionamento e a topografia do terreno era propícia.

Entretanto, chegaram a ouvir uma ideia – uma negação completa da cidade – que era arancar com um silo no parque onde está a ARCIAL. Graças a Deus que a ideia foi posta de parte.

Quanto ao Largo Ribeiro do Amaral julgo que haverá soluções bem interessantes que já poderiam ser feitas. Na minha opinião, o silo só irá contribuir para depovoar aquela parte da cidade. A melhor solução seria sob o actual parque de estacionamento da Câmara, já que dada a topografia existente a obra não seria tão dispendiosa e a capacidade seria também superior, porque poderia ser, o silo poderia contar com cinco pisos. Infelizmente, a autarquia tem uma linha de pensamento constante que passa por divergir de tudo o que já estava planeado, quer do tempo do professor César, quer do doutor Simões Saraiva.

CBS – *Em traços gerais, como é que avalia a política de cultura, por exemplo?*

AF – Uma política de remendos, de curto prazo, de medidas que não têm nexo e que não são implantadas em nenhum país que eu conheça. A privatização do notariado foi feita em moldes únicos na Europa. A conservatória, que era um garante da legalidade dos negócios, a nível comercial já não tem competência para verificar os documentos que lhe são apresentados.

Há coisas que me revoltam profundamente. O senhor primeiro-ministro pressiona-se tanto com a campanha do aborto, no entanto, prepara-se para fazer uma lei para a progressão na carreira dos professores, em que as faltas por maternidade são por ridas em conta, não a não progressão. Isto é uma aberração de todo o tamanho e sinónimo de falta de política a longo prazo. Acho que uma pessoa minimamente civilizada não faria isso, ainda por cima a professores que lidam com crianças. Sobretudo, porque eu entendo que o pilar de desenvolvimento de um país é a educação, e deveria ter sido por aí que se deveria ter começado. O alcatrão e o betão desenvolveram muito, mas se se tem feito como na Inglaterra onde a primeira aposta foi a educação, também teríamos alcançado os resultados da Irlanda, que partiu atrás de nós e agora está quilómetros à nossa frente.

Penso que qual governo está a tomar medidas que têm algum sentido, mas está a revelar por outras que são a completa negação de um país.

CBS – *Preferia o CDS de Manuel Monteiro ou o CDS/PP de Paulo Portas e agora de Ribeiro e Castro?*

AF – Estou no CDS desde que ele se iniciou e nunca fui "sita" de coisa nenhuma. Não sou que as pessoas passam e as instituições mantêm-se. Embora tenha as minhas convicções, penso que aqui se passa o mesmo que no Vaticano: havendo fumo branco, temos papa, temos presidente e é para governar nos anos que lhe são determinados.

O doutor Ribeiro e Castro foi eleito e deve governar no quadro anos. Felizmente, no CDS nunca faltaram alternativas, por vezes até as há a mais.

Cada pessoa tem o seu estilo pessoal e a sua maneira de fazer política. Se calhar, o doutor Paulo Portas tinha uma maneira de fazer política mais ao gosto dos portugueses. O doutor Ribeiro e Castro é uma pessoa de princípios e de coerência. Tem que respeitar a vontade dos militantes que elegeram o doutor Ribeiro e Castro que, na minha opinião, deve cumprir o seu mandato.

CBS – *Encontre uma virtude e um defeito para as figuras políticas que lhe passamos a enumerar: Mário Alves, Paulo Rocha, Fátima Antunes, José Carlos Monteiro Lopes, José Manuel Ribeiro Rola, Marques Mendes, José Sócrates, Ribeiro e Castro, Jerónimo de Sousa.*

AF – Aqui nasceram a frase do padre Américo: são todos bons rapazes.

Que cidade para o centro de Oliveira do Hospital?

OPINIÃO
ADELINO GONÇALVES
Docente do Departamento de Arquitectura da FCT da Universidade de Coimbra

Desde o passado dia 15 de Janeiro, o actual executivo do município de Oliveira do Hospital tem em exposição o trabalho elaborado pelo GTL de Oliveira do Hospital no âmbito dos Planos de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da sede do concelho, Lourosa, Bobadela e Avô. Antes de qualquer comentário que possamos fazer sobre as propostas em exibição, devemos enaltecer, não só a própria iniciativa da criação do GTL e o facto de ter elaborar aqueles instrumentos de planeamento mas, sobretudo, a abertura e a transparência com que o mesmo está a ser conduzido, promovendo uma verdadeira "participação e discussão pública", quase sempre ausentes nestes processos.

Por isso, a nossa primeira impressão não pode ser outra que não a de um claro regojizo por ver este executivo empenhado em assumir este processo como um desígnio local, pois não podemos entender doutra forma a iniciativa de mostrar aos munícipes, e com eles sentir discutir aquelas propostas. Infelizmente não é essa a prática corrente em Oliveira do Hospital como, infelizmente também, não é a na emagadora maioria dos nossos municípios. Mais, querer envolver a população em processos de planeamento urbano é um claro sinal de maturidade democrática que está nos antípodas das atitudes demiúrgicas e autistas de muitos executivos municipais do nosso país. Neste sentido, o nome escolhido para esta iniciativa – PARA MELHOR E NECESSÁRIO CONHECER –, mais do que acertado, não podia ser melhor.

No entanto, é um título que encerra significações que devemos discutir e que comprometem tanto os que têm a responsabilidade administrativa de promover a qualidade urbanística e ambiental da cidade, como aqueles que por ela clamam.

É de facto preciso conhecer para planear e, sobretudo, para agir. É preciso conhecer a realidade urbana em causa, as suas condicionantes e variáveis sociais, os seus valores culturais, as suas dinâmicas de desenvolvimento, etc. Esta é a leitura directa que podemos fazer daquele título e disso nada conta uma parte da exposição que não o querendo, evoca um princípio doutrinário e uma metodologia que nos faz recordar as acções de "restauro urbano" duma experiência italiana dos anos 70 em Bolonha cujas políticas de esquerda procuraram, acima de tudo, inverter os processos de expansão urbana especulativos e desagregadores da identidade urbana.

Desde aquela altura que o "regresso ao centro" se tornou um apanágio de muitas políticas urbanas nacionais e locais. No entanto, a concretização das suas políticas é sempre tão longe de ser não só crítica e inconsequente: a prova-lo está a "neurose" actual que em torno da "reabilitação urbana". Falta, pois, passar das políticas às práticas.

Mas a visibilidade e a pressão que hoje existe na "reabilitação urbana" não nos pode fazer esquecer o "resto da cidade". Sejamos francos: num século urbano com uma escala reduzida como a de Oliveira, qual é a utilidade de pensar o "centro", se não se souber o que será, de futuro, toda a cidade? Existe o desejo de "centrar a cidade" (e isso – criar a dispersão) e habitá-la? Que políticas estão a ser preparadas por este executivo para alcançar esse objectivo?

Como daqui se pode depreender, estes processos de reabilitação urbana sofrem de um paradoxo: o instrumento específico para oferecer a implantação das áreas urbanas antigas (mais ou menos degradadas) pode ser o mais limitado para executar os seus próprios objectivos. Quem vai querer viver na "cidade compacta" se a apetência e a facilidade por viver na "cidade dispersa" é maior? Não pretende este executivo criar uma cidade para o seu centro? Se não, como vai o município investir em todas as frentes se optar por não criar condições na sede do concelho? Vai optar por uns? Preterir outros? Baseando-se em que critérios? Há ainda, como dizíamos, outra forma de entender o título daquela exposição. Acreditando na bondade da iniciativa da elaboração do Planos de Pormenor e envolvendo os que lá estão ser executados e não para ter o destino de muitos outros – a "gaveta" e o esquecimento – que os interessados – os munícipes – ou os conhecem e acompanham o que estão condendo ao insucesso.

Dizia, o Arquiteto Nuno Portas há 26 anos: "...a ideia de que se pode planear e intervir, ou pelo menos meio caminho andado para algumas coisas, que devemos discutir – não só porque se aceitou a separação entre plano e realidade de intervenção (o que corrompe o próprio conceito de planeamento) mas porque foi reduzindo os estudos aos cenários, aos mapas-legendas, aos mapas-tas de regulamentos físicos e nalguns casos, redesenhos de estruturas para executar não se sabe quando nem para quem." Como seria irracional elaborar Planos para não os executar e contraproducente tirar partido político com a apresentação de propostas irrealizáveis em campanhas autárquicas somos, pois, da opinião que esta iniciativa só pode merecer os nossos aplausos e apoio.

No entanto, podemos também depreender que este executivo veio dar a conhecer que confia na eficácia deste instrumento de planeamento para disciplinar e organizar o espaço urbano, penetrando-se da ocupação casuística e do crescimento dos loteamentos e das agressões urbanísticas e arquitectónicas em diversos núcleos urbanos do concelho. Aqui se joga, como se costuma dizer, uma importante "carta da política", pois não será admissível que, de futuro, as áreas urbanizáveis não nos pode fazer esquecer o "resto da cidade". Sejamos francos: num século urbano com uma escala reduzida como a de Oliveira, qual é a utilidade de pensar o "centro", se não se souber o que será, de futuro, toda a cidade? Existe o desejo de "centrar a cidade" (e isso – criar a dispersão) e habitá-la? Que políticas estão a ser preparadas por este executivo para alcançar esse objectivo?

Como daqui se pode depreender, estes processos de reabilitação urbana sofrem de um paradoxo: o instrumento específico para oferecer a implantação das áreas urbanas antigas (mais ou menos degradadas) pode ser o mais limitado para executar os seus próprios objectivos. Quem vai querer viver na "cidade compacta" se a apetência e a facilidade por viver na "cidade dispersa" é maior? Não pretende este executivo criar uma cidade para o seu centro? Se não, como vai o município investir em todas as frentes se optar por não criar condições na sede do concelho? Vai optar por uns? Preterir outros? Baseando-se em que critérios?

Há ainda, como dizíamos, outra forma de entender o título daquela exposição. Acreditando na bondade da iniciativa da elaboração do Planos de Pormenor e envolvendo os que lá estão ser executados e não para ter o destino de muitos outros – a "gaveta" e o esquecimento – que os interessados – os munícipes – ou os conhecem e acompanham o que estão condendo ao insucesso.

> "(...) Nas imediações do Largo Ribeiro do Amaral existem duas áreas de estacionamento: a Norte, junto ao cemitério, e a Sul, junto à Câmara Municipal, esta sim podendo receber um silo automóvel. Porquê insistir em levar os carros para onde não se quer que eles vão? Que estudos fundamentam esta proposta? (...)"

Neste aspecto, o estudo prévio do Plano agora exposto peca por falta de ambição e visão estratégica, desperdiçando-se assim uma oportunidade para planear o perímetro urbano de Oliveira do Hospital. Nada impede que o Plano em elaboração, ou outrora a elaborar abranjam) áreas vitais para a realização de uma das propostas que não apenas nos oferecer a implantação do Largo Ribeiro do Amaral. A importância que diversos órgãos de comunicação social têm dado à proposta de requalificação daquele Largo ilustra bem que é nesse espaço que Oliveira reconhece ter um dos seus centros de identidade. É, aliás, este sentimento confirmado na própria exposição: foi esse passeio público novecentista que historicamente a cidade elegeu para a representar. Não nos ocorre sequer outro espaço que tenha a mesma capacidade aglutinadora que permitiu classificá-lo como tal dentro do largo urbano. Assim, uma das grandes virtudes do trabalho do GTL é a de chamar para um debate que todos devemos ter, um tema fundamental para cidade para o centro de Oliveira do Hospital?

A cidade não é só o seu centro, nem podemos ter um centro sem cidade. Por isso é necessário que se pergunte: o que agora se encetou para a requalificação do centro, se conheça qual é a visão de urbanidade que este executivo tem para Oliveira do Hospital.

E como entender as propostas do Plano? Um dos aspectos a ressaltar das propostas apresentadas é que se trata de um estudo prévio e, por isso mesmo, ser lo grato para quem está a coordena-lo, mas também para quem quer comentar: uma ideia não é ainda um projecto, nem um projecto é ainda uma obra.

Não podemos no entanto deixar de observar que algumas propostas apresentadas carecem de maior reflexão e, no seguimento do que antes dissemos, da consciência de que a cidade não pode ser vista como um somatório de partes.

Como se sabe, é com este tipo de intervenções que a cidade existente que normalmente se instalam as crises nostálgicas de quem quer conservar o que é antigo, muitas vezes apenas porque é antigo, como é também nessas alturas que despertam as euforias dos que acham que vão "ganhar" e os desalentos dos que sabem que vão "perder". Como é natural, ganharão e todos perderão alguma coisa. Por isso é essencial que se implore é o de pensar colectivamente: o que vai acontecer com toda a cidade?

A ideia de unificar o Largo Ribeiro do Amaral, ampliando os dois alcatrazes, poderá resultar na criação de um grande espaço público e, com os equipamentos existentes, revitalizar e dinamizar o seu uso. Se esta propostas for realizada, então se perceberá que Oliveira tem um espaço público sem parades em todo o seu sistema urbano: terá, inequivocamente, um "centro". Entretanto, soluções como o alargamento dos passeios ou a solução de continuidade também para aquele espaço, dão bem conta de que se pretende dar prioridade ao peão e eliminar, ou pelo menos, tornar, eventualmente, obstáculos a ultrapassar para se conseguir uma transição de cotas entre os planeas superior e o inferior do Largo que surgirão com a ideia de um estacionamento subterrâneo, como haverá também questões a ponderar para a preservação do maciço arbóreo existente.

Mas, atendendo que se trata de um estado prévio, estas questões serão certo resolvidas. Não nos percebemos, no entanto, o que fundamenta a criação do estacionamento subterrâneo naquela área. Se a dita é anular o estacionamento na Praça dos Combatentes, então há uma solução infinitamente menos onerosa para o município: existem duas áreas de estacionamento". Esperamos que não se trate de uma nova onda de "sinais de desenvolvimento" nos nossos pequenos municípios: depois dos semáforos e das rotundas, parece ter chegado agora a vez dos parques de estacionamento. Nas imediações do Largo Ribeiro do Amaral existem duas áreas de estacionamento: a Norte, junto ao cemitério, e a Sul, junto à Câmara Municipal, esta sim podendo receber um silo automóvel. Porquê insistir em levar os carros para onde não se quer que eles vão? Que estudos fundamentam esta proposta?

O problema do estacionamento não se resolve apenas com os parques, mas com um plano de gestão de toda a cidade, o que nos leva novamente à necessidade de planear a cidade como um todo. Como se sabe, o problema dos "centros históricos" é o de se ter convertido como únicos centros urbanos. Se for nesse o caso, perceve que Oliveira que tilhar, experimentando todos os erros do passado de outras cidades, está agora a comecar a dar acertadamente os primeiros passos. Se, ao invés, quiser ser uma cidade equilibrada, tem de questionar a terciarização do seu pequeno centro. Por isso é determinante estudar que impacto terá a requalificação do Largo Ribeiro do Amaral na organização funcional da cidade e de que instrumentos legais se terá valer o Plano de Pormenor para controlar estes processos de terciarização. Com a requalificação daquele espaço, a apetência por estar próximo dele será maior, como serão maiores as pressões para o crescimento funcional dos edifícios existentes, ou mesmo para alterações morfológicas e volumétricas. Nestas transformações sempre identificadas como os usos actuais serem substituídos por outros sem se avaliar o impacto urbano no seu "ser", por exemplo, do tráfego automóvel. Mas é nessa transformação que se jogam os verdadeiros trunfos da gestão urbana.

Não para isso o Parmenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Oliveira do Hospital não pode dar resposta.

Quem a dará, então?